

Os desafios da internacionalização: mapeando dinâmicas e rotas da circulação internacional

*The challenges of internationalization:
mapping dynamics and paths of international flow*

Na última década e meia, o sistema nacional de pós-graduação passou por processo de franca expansão no Brasil. Tal crescimento decorreu, entre outros fatores, de investimentos públicos significativos: na abertura de vagas docentes e discentes nas universidades públicas, por meio do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni); no estímulo à ocupação de vagas nas universidades privadas, com o Programa Universidade para Todos (Prouni); no estímulo à qualificação docente e discente via aumento da oferta de bolsas de iniciação científica, mestrado e de doutorado; além de bolsas de pós-graduação no exterior, bolsas sanduíche etc.

Indicadores desse processo são encontrados na literatura recente sobre o tema. Marengo (2015), por exemplo, apresenta a contínua evolução do orçamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), principal órgão de fomento à pós-graduação do governo brasileiro, que passa de 0,22 bilhão de dólares em 2004 para 2,03 em 2013. Já Nicolau e Oliveira (2013) identificam um aumento contínuo do número de artigos publicados anualmente pelos cientistas políticos brasileiros. Amorim Neto e Santos (2015), por sua vez, apontam o aumento dos programas de pós-gra-

* É professor do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS) e bolsista da Capes (Proc. n. 7304/14-5). E-mail: rafael.madeira@puccrs.br.

** É professor do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). E-mail: amarengo@terra.com.br.

duação entre 2005 e 2014 e a expansão da Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP) como processos necessários (embora não suficientes) para uma maior institucionalização da disciplina no país. Resumindo esse ponto, já se encontram mapeados pela literatura avanços significativos nas dimensões que Codato e Leite (2013) apontam como necessárias para a institucionalização da disciplina, com o aumento: 1) da quantidade de programas; 2) da quantidade de mestres e doutores formados; 3) da quantidade de periódicos especializados; 4) da criação de organizações de representação acadêmica e eventos. Tal cenário abriu novas perspectivas para o desenvolvimento da pós-graduação brasileira como um todo e da ciência política em particular.

Por outro lado, essa mesma literatura apresenta diagnóstico sobre alguns dos principais entraves à expansão da ciência política no país. Marengo (2014) e Amorim Neto e Santos (2015) chamam a atenção para o que definem como paroquialismo da produção dos cientistas políticos brasileiros. Tal característica se expressa em pelo menos quatro aspectos: 1) no caráter residual de trabalhos em coautoria com pesquisadores estrangeiros; 2) no conteúdo dessa produção – temas circunscritos basicamente à política (sub)nacional e com pouco viés comparativo; 3) no idioma; 4) nos veículos (periódicos brasileiros) utilizados para a sua divulgação. Essas seriam as principais causas da baixa visibilidade internacional da produção dos cientistas políticos brasileiros. De acordo com os dados do *ranking* SCImago, a ciência política brasileira evoluiu da 37ª posição em relação ao volume de documentos publicados, em 1996, para a 23ª, em 2014. Contudo, conforme o índice h – métrica empregada para avaliar o impacto de publicações científicas – a ciência política brasileira manteve apenas a 31ª posição, ocupada há dezoito anos. Paralelamente, a proporção de colaboração internacional nos trabalhos publicados pelos cientistas políticos brasileiros entre 1996 e 2014 (22,1%) ficou abaixo do registrado por chilenos (26%) e mexicanos (35,7%) (SCImago, 2014). Em outras palavras, embora com incremento significativo no volume de publicação científica indexada, a produção dos cientistas políticos brasileiros ainda apresenta índices de impacto internacional limitados, e a colaboração internacional é baixa.

Dessa forma, apesar do discurso consensual de órgãos governamentais de fomento, de universidades, de associações (nacionais e internacionais) de área, de agências não governamentais de financiamento (Fundação Ford, Fundação Konrad Adenauer, Unesco etc.) acerca da irreversibi-

lidade e da necessidade de uma maior internacionalização disciplinar, análises identificam que mesmo em contextos disciplinares mais institucionalizados a produção e sua veiculação são drasticamente impactados pela correlação de forças e pela hierarquia acadêmico-institucional entre diferentes países.

O conceito de “internacionalização” aqui empregado corresponde ao sentido extraído a partir dos parâmetros fixados na avaliação da pós-graduação brasileira, em especial no Plano Nacional de Pós-Graduação, que a associa a duas dimensões: 1) formação acadêmica e circulação nos principais centros internacionais de referência; 2) impacto e visibilidade da produção científica junto à comunidade acadêmica internacional, aferida através de indicadores bibliométricos como JCR ou SJR (PNPG, 2010). Partindo desse cenário, este artigo tem como objetivo mapear duas das principais dimensões de internacionalização das carreiras dos docentes vinculados aos programas de pós-graduação em ciência política do Brasil: a formação acadêmica (bolsas de doutorado pleno e sanduíche e bolsas de pós-doutorado no exterior) e a publicação em periódicos internacionais desses docentes. A discussão com a literatura¹ sobre circulação internacional de autores, obras, conceitos etc. auxiliará no enquadramento dos esforços de internacionalização dentro de um cenário que é de cooperação, mas também de competição internacional. Foge inteiramente ao escopo deste trabalho uma discussão mais exaustiva sobre o uso de indicadores cientométricos para avaliação do impacto e da visibilidade da produção científica na comunidade acadêmica. Há um importante e extenso debate, sobre citações, mensuração de impacto e colaboração científica, que pode ser revisitado em Coccia (2005), Raan (2005), Glänzel (2006), Zitt e Bassecoulard (2008), Cherubini (2008), Hirsch (2009), Moed (2009).

Embora seja acertado considerar a experiência de formação no exterior como elemento importante para criar condições e para incentivar o investimento necessário para a divulgação da produção em periódicos internacionais, não se pretende aqui estabelecer uma relação de causalidade entre

1 Destacam-se trabalhos realizados no âmbito do projeto coordenado por pesquisadores da École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS) intitulado International Cooperation in the Social Sciences & Humanities (Interco). Dentre os principais objetivos do projeto, dois estão intimamente ligados ao tema deste artigo: 1) o interesse em mapear as trocas acadêmicas entre países e disciplinas; 2) a análise da circulação de paradigmas, teorias, métodos e controvérsias. Para maiores informações, acessar interco-ssh.eu/en.

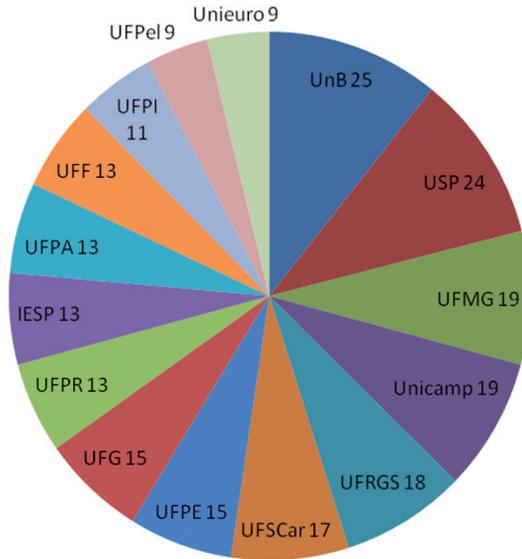
ambas as modalidades. O objetivo, mais parcimonioso, é o de identificar se existe alguma associação entre essas duas dimensões da internacionalização. Para mensurar o impacto que a formação em instituições estrangeiras tem nas possibilidades de futuras publicações internacionais, pergunta-se: o perfil de formação dos docentes com inserção internacional difere do perfil identificado no universo dos docentes? Docentes com publicação internacional costumam concentrá-la em um único país/idioma? Ou é mais comum a disseminação da produção em diferentes países/idiomas? As diferentes formas de internacionalização aqui examinadas (doutorado, doutorado sanduíche, pós-doutorado, professor visitante e publicação em periódicos internacionais) são acionadas pelos mesmos docentes? Ou o fato de elas possuírem maior ou menor prestígio e demandarem maior ou menor investimento (linguístico, por exemplo) faz com que o sentido (país de destino) de cada uma dessas formas de internacionalização seja diferente?

O banco de dados que servirá de base para responder a essas questões é composto por dados de formação (universidades de mestrado, doutorado, sanduíche, pós-doutorado, visitante) e de produção (ano da publicação, Qualis da revista, país e nome dos periódicos acessados) do conjunto de 233 docentes vinculados a quinze programas de pós-graduação em ciência política (Gráfico 1). Além de estar sediada fora do Brasil, a segunda condição para que as publicações fossem levadas em consideração é o fato de a revista possuir Qualis na área de Ciência Política e Relações Internacionais. Tais informações foram coletadas nos currículos da Plataforma Lattes desses docentes entre fevereiro e junho de 2015². Os dados dão conta das carreiras dos docentes desde o seu início (em alguns casos, desde a década de 1960 até, em outros casos, já nos anos 2010) até o ano de 2014.

Para fins comparativos com a produção nacional, na seção final deste artigo faremos uso de banco de dados acerca dos autores/artigos publicados na revista *Dados*.

2 Não foram encontrados os currículos Lattes de seis professores que constam nas páginas dos seus respectivos programas de pós-graduação na internet.

Gráfico 1 – Docentes analisados (por programa de pós-graduação)



Do doutorado pleno aos estágios doutoral e pós-doutoral

A formação de doutores brasileiros no exterior apresentou diferentes ciclos ao longo dos últimos cinquenta anos (Ramos, 2014; Velho, 2001). Entre os anos 1960 e 1990 a obtenção do diploma de doutor no exterior foi decorrência da ainda limitada oferta de doutorados no país, ao mesmo tempo que representou condição para a própria implantação do sistema de pós-graduação nacional, uma vez que esses doutores, ao retornarem, compuseram o corpo docente dos cursos emergentes nesse nível. Bulcourf, Marquez e Cardozo (2014), ao investigarem a expansão da ciência política nas universidades latino-americanas, registram as sequências apresentadas na Argentina e México e suas diferenças com o padrão observado no Brasil. Se nos primeiros a introdução da ciência política ocorreu através de carreiras de graduação, no Brasil o ingresso da disciplina no sistema universitário deu-se pelas portas da pós-graduação, com presença tardia ou ausente em cursos de graduação. Pode-se visualizar essa tendência ao retomar-se a linha de tempo na configuração dos primeiros programas brasileiros de pós-graduação em ciência política. As instituições pioneiras na área foram a Universidade

Federal de Minas Gerais (UFMG), em 1969, e o Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (Iuperj), em 1969, seguidos pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), em 1973 – todos até então em nível de mestrado – e, por fim, a Universidade de São Paulo (USP), que em 1974 implantou o curso de mestrado ao lado do primeiro doutorado em ciência política no país. O segundo doutorado tardou mais seis anos, vindo à luz em 1980, no Iuperj. O terceiro curso de doutorado em território nacional surgiu apenas em 1996, na UFRGS, quando já haviam passado quase três décadas da criação dos primeiros cursos e existiam dez mestrados nacionais em ciência política (Marengo, 2014).

A segunda metade dos anos 1990 marca uma inflexão na política das agências de fomento científico brasileiras, com redução na oferta de bolsas para doutorados plenos no exterior. Em contrapartida, cresce a oferta de vagas em cursos de doutorado em todas as áreas do conhecimento, com expansão nas taxas de formação endógena de doutores. Essa observação recomenda uma relativização da interpretação sugerida por Altman (2012), para quem a capacidade para recrutar docentes com PhD obtido em instituições de reputação internacional, particularmente norte-americanas, constituiria um elemento a ser considerado ao fazer um *ranqueamento* de departamentos de ciência política na América Latina. Em outras palavras, *per se* a presença de egressos do exterior representaria um capital acadêmico distinguindo entre instituições entre e dentro de diferentes nações latino-americanas.

Sem desprezar o efeito positivo que o treinamento nos principais centros internacionais de excelência pode representar, pode haver um viés que revele a ocorrência de uma etapa preliminar de consolidação institucional. Alta densidade de títulos obtidos no exterior poderia ser encontrada em programas de ciência política brasileiros até os anos 1990, ou argentinos, chilenos, uruguaios, até mais recentemente, indicando principalmente uma oferta tardia de programas de doutorado nesses países.

Por contraste, identifica-se que a expansão na oferta de programas – sobretudo se isso estiver relacionado com parâmetros de qualidade elevados – seguiu pelo incremento na frequência de docentes e pesquisadores recrutados para os próprios ou outros programas de pós-graduação no mesmo país.

A segunda metade dos anos 2000 marca um retorno da importância atribuída à formação e inserção internacional da pesquisa brasileira, agora com foco em estágios de doutorado e de pós-doutorados no exterior (não mais

doutorados plenos) e oferta de programas e editais de indução à circulação e mobilidade internacionais da comunidade científica brasileira. Diferente dos anos 1960-1990, quando a formação internacional fora condição para suprir a carência de oportunidades de doutoramento no país, a mobilidade internacional passou a estar associada à incorporação de padrões internacionais de qualidade, inflexão expressa no Plano Nacional de Pós-Graduação, 2011-2020:

Na ampliação dos cursos e atividades da pós-graduação deve ser levada em consideração a busca da excelência e de conhecimentos novos e deve ser evitada a endogenia. Uma forma para atingir tais objetivos é a interação mais intensa entre instituições brasileiras e internacionais. Essa interação, além de promover o crescimento da ciência, aumentará o protagonismo do país no cenário internacional. Sugere-se então: o envio de mais estudantes ao exterior para fazerem doutorado, em vista da dinamização do sistema e da captação do conhecimento novo; o estímulo à atração de mais alunos e pesquisadores visitantes estrangeiros; o aumento do número de publicações com instituições estrangeiras (Capes, 2010, p. 303).

A mobilidade internacional adquire assim vetor de indução a parâmetros de qualidade, à medida que a participação de pesquisadores brasileiros em instituições de excelência internacional – mas também de estudantes estrangeiros em universidades nacionais – estimula um *salto para cima*, nivelando a atividade científica nacional aos padrões de exigência mais elevados. Em paralelo, a suposição implícita a essa política é de que a colaboração e a parceria fomentados pela maior circulação internacional repercutam sob a forma de maior reconhecimento acadêmico dos pesquisadores brasileiros, medido por publicações em periódicos estrangeiros, citações, coautorias e participação em redes internacionais de pesquisa. O esforço passa a ser mapear a formação e, após, o destino dos investimentos bem-sucedidos de internacionalização da produção dos docentes.

Internacionalização e contextos nacionais diferenciados

Heilbron *et al.* (2008) identificam que um tema relevante e ainda pouco trabalhado pela literatura que trata da internacionalização das ciências sociais diz respeito ao peso que o caráter nacional das comunidades científicas ocupa nesse processo. A noção de internacionalização remete a uma imagem de via de mão dupla, de interconexão, de troca e de quebra de barreiras entre diferentes “comunidades científicas nacionais”.

Contudo, além de estarem longe de serem equitativas, estas trocas podem reforçar determinadas “especificidades nacionais” das disciplinas. Esses processos de internacionalização não ocorrem de forma homogênea, uma vez que se dão entre comunidades nacionais inseridas em contextos linguísticos desiguais e que também possuem graus significativamente desiguais de “tradição” e de “reconhecimento” nas diferentes disciplinas, sem falar nas diferentes definições dominantes sobre o que é cada disciplina em cada campo acadêmico (Sapiro e Heilbron, 2009).

A análise que Norris (1997) faz sobre o baixo grau de cosmopolitismo identificado no conjunto dos textos publicados em alguns dos principais periódicos nos Estados Unidos e na Europa identifica o quanto as fronteiras nacionais jogam um peso significativo, uma vez que, apesar de toda a facilidade de acesso e do incremento na circulação de informações, de textos, de bancos de dados e de acadêmicos, os artigos publicados se caracterizam por um grau elevado de endogenia.

Ao defender os benefícios que uma postura mais cosmopolita traria para a disciplina, a autora salienta o quanto seria interessante, por exemplo, que pesquisadores de um país fossem expostos às idiossincrasias de outros países. Tal experiência de estranhamento traria um ganho duplo, dado que levantaria questões e análises que pesquisadores autóctones dificilmente fariam (contribuindo com maior compreensão acerca desses fenômenos no país estudado), ao mesmo tempo que tal estranhamento serviria de terreno fértil para que os pesquisadores pudessem questionar as idiossincrasias de seus próprios países. A questão de fundo (e que talvez ajude a explicar o caráter pouco permeável dos periódicos analisados) é que o caráter cosmopolita, tal como é tratado pela autora, está intimamente relacionado com o compartilhamento e a adoção (por parte de pesquisadores das “demais comunidades nacionais”) das opções teórico-metodológicas dominantes na ciência política norte-americana. Isto é, tal discussão sobre constituição de uma agenda transnacional não pode estar desvinculada da correlação de forças que caracterizam a disciplina dentro de cada país e entre os diferentes países³.

Heilbron *et al.* (2008) afirmam que não é possível apreender toda a complexidade dos processos de internacionalização sem levar em consideração o “caráter nacional” das comunidades de origem envolvidas nesses processos. Por outro lado, o exercício constante de desconstrução do efeito totalizante

3 Para uma análise sobre esta correlação de forças no caso brasileiro, ver Leite (2015).

de categorias como “caráter nacional” e “comunidade científica” é também fundamental para que a análise possa dar conta desse fenômeno sem tomá-lo como dado ou natural (Bourdieu, 2002).

O grande desafio consiste em analisar os fluxos de internacionalização sem tomar países como unidades coesas e coerentes de análise e, ao mesmo tempo, buscar apreender como desigualdades “nacionais” e “internacionais” se relacionam nesses processos. Alerta-se, portanto, para o risco de ler os dados apresentados sobre cada país como compreendendo totalidades homogêneas, o que não é verdadeiro. Em etapa posterior da pesquisa, pretende-se realizar exame mais detalhado de cada contexto para analisar a diversidade de instituições e de publicações (periféricas ou centrais dentro da hierarquia acadêmica de cada país) encontrada em cada país de destino⁴. Nesse sentido, o presente artigo representa um primeiro (mas fundamental) passo para uma maior compreensão das dinâmicas de internacionalização dos docentes vinculados aos programas de pós-graduação em ciência política brasileiros.

Mapeando modalidades de internacionalização da formação dos docentes brasileiros

As primeiras modalidades de internacionalização a serem examinadas são as modalidades de formação aqui tomadas como referência. O objetivo é mapear quanto o conjunto dos docentes teve acesso à inserção internacional ainda no final de sua formação acadêmica (doutorado) e ao longo de suas carreiras (pós-doutorado e postos de professor visitante).

A Tabela 1 ilustra algo que será uma constante ao longo desta análise: o percentual ainda minoritário dos docentes exitosos em alcançar alguma modalidade de internacionalização. No que tange à formação acadêmica, mais de seis em cada dez docentes ainda não possuem experiência de intercâmbio acadêmico com outros países. Dentre as modalidades acima listadas, tal dificuldade se torna ainda mais clara ao analisarmos o posto de professor visitante, dado que apenas 17% dos docentes já atuaram nessa posição.

4 Dizer que um pesquisador concentra seus esforços de internacionalização na França, Alemanha, nos Estados Unidos ou em qualquer outro país é suficiente para que se possa compreender o que isso significa? Em um determinado país, como a França, por exemplo, vincular-se à Science Po, à Sorbonne, ou à École des Hautes Études en Sciences Sociales faz diferença? Publicar na *Revue Française de Science Politique*, na *Politix*, ou na *Actes de Recherche en Sciences Sociales* é a mesma coisa? Em caso positivo, quais são as diferenças? Onde elas se manifestam? Como mensurá-las? Essas são algumas das questões que nortearão a continuidade da presente pesquisa.

Tabela 1 – Formação e mobilidade internacional: destino da formação acadêmica no exterior (1971-2014)

País	Pleno + sanduíche	Pós-doutorado	Visitante
Estados Unidos	36	24	9
França	18	17	5
Alemanha	5	4	6
Inglaterra	8	20	3
Portugal	4	2	3
Espanha	6	6	3
Itália	2	3	1
Argentina	1	0	3
Outros ⁵	3	1	6
Não ⁶	150	156	194
Total	233	233	233

Fonte: elaboração própria.

Das modalidades analisadas, certamente o posto de professor visitante é a que mais exige o domínio avançado do idioma (em níveis bem maiores aos exigidos de doutorandos e de pós-doutorandos), além de maior inserção em redes de pesquisa das instituições em que as atividades de professor visitante são exercidas. Relacionado com esse ponto está o fato de que, diferentemente das demais formas de formação aqui analisadas, aquele que ocupa o posto de professor visitante possui a incumbência de formar quadros.

Uma segunda constatação que será constante ao longo desta análise é o fato de os Estados Unidos serem o principal destino dos esforços de internacionalização dos docentes brasileiros. Isso não é surpresa dada a influência da ciência política norte-americana na disciplina no Brasil, identificada já na formação da primeira geração de docentes dos programas pioneiros de pós-graduação em ciência política no Brasil (Canêdo, 2009; Amorim Neto e Santos, 2015), grupo que foi financiado pela Fundação Ford para realizar seus estudos de doutorado em algumas das principais universidades dos Estados Unidos.

5 México (0 – 1 – 2), Canadá (1 – 0 – 1), Holanda (1 – 0 – 0), Polônia (0 – 0 – 1), Uruguai (0 – 0 – 1), Suécia (0 – 0 – 1) e Austrália (1 – 0 – 0).

6 Um docente fez sanduíche no Brasil, dezessete docentes realizaram pós-doutorado no Brasil (bolsas recém doutor) e três docentes atuaram como professores visitantes em universidades brasileiras. Como essas modalidades de formação não envolvem experiência de internacionalização, não foram computadas como experiência internacional nas respectivas modalidades.

O país é o mais acessado em todas as dimensões aqui levadas em consideração, representando entre 1/4 e 1/3 dos casos identificados⁷. Como segundo destino, destacam-se França (doutorado) e Inglaterra (pós-doutorado), ficando Alemanha (visitante) e os demais países europeus (Espanha, Portugal, Itália) logo a seguir. Contudo, ao se comparar esses índices com a formação dos autores da revista *Dados*, analisados a seguir, identifica-se na Tabela 1 uma maior diversificação em relação ao país de destino, uma vez que 70% daqueles realizaram o seu doutorado nos Estados Unidos. E se não surpreende que os Estados Unidos sejam o país mais demandado, é interessante notar que a Europa constitui um polo de atração significativo.

Não menos importante é identificar a quase ausência de casos de colaboração nessas quatro modalidades com os países da América do Sul, o que merece ser analisado mais a fundo e será retomado mais adiante neste artigo.

Outra leitura possível dos dados pode ser realizada comparando a importância relativa dos diferentes idiomas entre as modalidades de internacionalização. Tal análise indica o papel preponderante do inglês sobre os demais. Sapiro (2012), por exemplo, analisa a importância de cada idioma no mercado internacional de traduções de livros e identifica que a predominância do inglês no ano de 2000 chega a quase 60%.

A frequência de traduções de um idioma é um indicador da sua centralidade no mercado da tradução. Quanto mais central for um idioma, maior será o número de obras traduzidas; quanto mais periférico for o idioma, menor será o número de traduções. No início dos anos 1990, as traduções do inglês concentravam cerca de 44% das traduções do mundo; o alemão, o francês e o russo representavam entre 10% e 12,5% do mercado global de traduções. Oito idiomas, incluindo espanhol e italiano, ocupavam uma posição semiperiférica com uma quota que variava entre 1% e 3%. Todos os outros idiomas ocupavam posição periférica, com uma participação inferior a 1%. Após uma década, o domínio inglês aumentou para 59% dos títulos traduzidos, de acordo com o índice *Translationum*, enquanto a presença do idioma russo caiu, depois 1989, para menos de 3% (enquanto os idiomas alemão e francês permanecem em cerca de 9 a 10%). O espanhol é um dos poucos idiomas a apresentar aumento da sua participação, passando de 1,7% para 2,6%. (Sapiro, 2012, p. 6, tradução nossa).

Ao somar casos relacionados com os Estados Unidos e a Inglaterra (e mesmo outros países que utilizam com maior frequência o inglês, como a

7 A análise realizada no final deste artigo sobre a frequência de doutorados plenos nos Estados Unidos permite indicar diminuição do peso relativo dos Estados Unidos como país de destino dos doutorandos brasileiros.

Holanda, por exemplo), identifica-se claramente que o uso do idioma é maior via de acesso à internacionalização da formação dos docentes brasileiros.

Tal predomínio é também identificado na produção internacional dos docentes brasileiros. Mais uma vez, os Estados Unidos são o principal destino das publicações brasileiras no exterior, com uma frequência duas vezes maior que a identificada na Inglaterra, o segundo destino. A grande novidade em relação à formação é que, no que tange à publicação, a língua inglesa passa a ser seguida pelo idioma espanhol, não mais pelo Francês⁸. Não deixa de chamar a atenção também o caráter residual da participação de Portugal como destino tanto da formação, quanto das publicações dos docentes brasileiros. O que atesta que a eventual facilidade com o idioma não é condição suficiente para aumentar procura por esse país.

Tabela 2 – Formação e mobilidade internacional: fluxo das publicações brasileiras (1975-2014)

País	Artigos	%
Estados Unidos	114	27,3
Inglaterra	54	12,8
França	43	10,3
Argentina	42	10,0
Espanha	27	6,4
México	27	6,4
Chile	26	6,2
Alemanha	17	4
Venezuela	13	3,2
Portugal	11	2,6
Itália	6	1,4
Colômbia	6	1,4
Equador	6	1,4
Cuba	5	1,2
Outros ⁹	22	5,3
Total	419	100

Fonte: elaboração própria.

8 Alerta-se para a possibilidade de periódicos permitirem a publicação em mais de um idioma. Para além do inglês, revistas de países de língua espanhola e portuguesa podem aceitar artigos em português brasileiro. Nesse contexto, tem-se o ganho de publicar artigo internacional sem o “custo” de escrever em outro idioma ou de realizar a versão do mesmo texto para idioma aceito pela revista. Mesmo assim, avalia-se que o país de origem do periódico constitui-se em proxy satisfatória.

9 Canadá, Bélgica e Nicarágua (3); Austrália, Ucrânia e Guatemala (2); Índia, China, Peru, Rússia, Costa Rica, Suécia e Holanda (1).

No que diz respeito à formação, os países da América do Sul praticamente não são acionados, mas quando se trata da publicação, Argentina, México e Chile possuem uma presença significativa. Com destaque para a Argentina, quarto principal destino dos artigos publicados, praticamente com o mesmo percentual de publicações francesas. Consta-se, portanto, que a publicação internacional da produção brasileira é significativamente menos concentrada que a sua formação em função da participação importante dos países da América do Sul (1/3 das publicações) e também em função de uma maior heterogeneidade no interior da Europa, onde, para além de França e Inglaterra, Alemanha e Espanha possuem destaque.

A sobreposição da formação e da produção internacional dos docentes permite identificar mais dinâmicas dos fluxos de internacionalização entre os diferentes países. Resumindo o argumento, pode-se afirmar que brasileiros se “formam” nos Estados Unidos e na Europa e publicam seus trabalhos também na América Latina. Seria profícuo saber se docentes dos demais países latino-americanos repetem essa mesma tendência, que pode indicar um padrão de inserção internacional típico de um país periférico: se “qualifica” nos países centrais e publica seus trabalhos nos países centrais, mas também nos demais países periféricos.

Outra leitura possível (é importante ter em mente que elas não são autoexcludentes) é a de que a internacionalização da produção possa revelar uma heterogeneidade e uma abertura da ciência política brasileira a diferentes contextos nacionais. Mesmo em contexto de forte centralização nos países centrais (Estados Unidos, Inglaterra e França), o intercâmbio entre docentes brasileiros e países latino-americanos é salutar para o desenvolvimento da disciplina. Talvez se esteja identificando aqui a mesma dinâmica que Sora (2002) identifica quando analisa a tradução da literatura brasileira na Argentina:

Para escritores, críticos, jornalistas, historiadores, bem como para representantes da política cultural e educativa, é um lugar-comum dizer que os países vizinhos da América do Sul “não se conhecem” e que intercâmbios culturais são negados pelo mercado, pelo Estado, pela educação ou pelo “colonialismo cultural”. O estudo da tradução de autores brasileiros na Argentina demonstra que tal análise, em uma perspectiva internacional, nos permite relativizar tal crença [...] (Sora, 2002, p. 61, tradução nossa)

Para além da distribuição dos artigos pelo país de destino, é fundamental para os objetivos da presente análise mensurar a distribuição desses 414 artigos entre os 233 docentes analisados. Qual é o percentual desse universo que já logrou ao menos uma publicação internacional? Qual é o grau de concentração da produção internacional dentre aqueles que alcançaram esse objetivo?

Tabela 3 – Grau de concentração da produção internacional (1975-2014)

Publicações int.	Frequência	Percentual	Percentual acumulado
1 ou 2	66	28	28
3 ou 4	28	12	40
5 ou mais	27	11,6	51,6
Sem publicação	112	48,4	100,0
Total	233	100,0	

Fonte: elaboração própria.

Ao analisar os dados apresentados, podemos dividir os docentes em quatro grupos, a serem examinados em ordem decrescente de tamanho. O maior grupo é composto pelos docentes que ainda não obtiveram êxito em publicar artigos no exterior. Apesar de ser menor que aquele dos que não possuem experiência internacional em sua formação, esse grupo representa metade do universo levado em consideração. Cabe lembrar que se trabalha aqui apenas com artigos, e que o fato de esta análise não incluir livros e capítulos de livros diminui o número de docentes com publicação internacional.

Entre os docentes com publicação em periódicos internacionais, podemos distinguir aqueles com carreiras em estágio inicial de internacionalização (uma ou duas publicações), aqueles em estágio intermediário (três ou quatro publicações) e aqueles com carreiras significativamente internacionalizadas (cinco ou mais publicações). O primeiro grupo é composto por 66 docentes e representa, portanto, quase 1/3 do universo analisado. Metade dos docentes com publicação internacional encontra-se nesse grupo. Por fim, os docentes com maior grau de internacionalização distribuem-se de forma igualitária nos dois últimos grupos (12% do universo analisado em cada grupo). A Tabela 3 demonstra também quanto esses grupos minoritários concentram a grande maioria da produção internacional do universo aqui analisado. A seguir, desenvolvemos a análise do perfil acadêmico do último grupo.

O timing das diferentes modalidades de internacionalização

É plausível pressupor que a internacionalização da produção demande investimento significativo e contínuo por parte dos docentes. Tal raciocínio pode induzir a considerar que a internacionalização da produção ocorra no médio e longo prazo, isto é, que ocorra majoritariamente entre os docentes com carreiras mais longevas. Se tal dinâmica existe, pode-se pensar em um contexto em que a internacionalização da produção ocorra entre docentes com carreiras já estruturadas e que ocupam papel de referência em suas áreas de atuação. Nesse contexto, a internacionalização poderia ser vista como o segundo passo, após o reconhecimento interno.

Por outro lado, a necessidade e a forte cobrança por uma produção contínua e cada vez mais internacionalizada são fenômenos relativamente recentes. Tal aspecto permite trabalhar com um segundo cenário, no qual a internacionalização poderia estar mais vinculada à questão geracional e seria fruto do esforço e investimento de um conjunto de docentes que já teve sua socialização na academia marcada por uma dinâmica de maior pressão por produção e sua internacionalização. Nesse contexto, recém-doutores buscariam publicar no exterior ao mesmo tempo que buscam postos de docência.

Tabela 4 – Mobilidade internacional: *timing* entre formação e publicação

	Graduação	Mestrado	Doutorado	1ª pub. int.	2ª pub. int.	5ª pub. int.
1960-1969	10	2	–	–	–	–
1970-1979	35	20	5	2	1	–
1980-1989	66	32	16	6	2	–
1990-1999	76	93	61	19	9	1
2000-2009	36	72	115	58	47	15
2010-2014	–	2	34	36	23	11
Não consta	10	12	2	–	–	–
Total	233	233	233	121	82	27

Fonte: elaboração própria.

Identifica-se claramente que a internacionalização da produção é fenômeno recente, ocorrendo basicamente a partir dos anos 2000, o que é coerente

com todos os indicadores perscrutados pela literatura acerca da disciplina. Esse dado não é surpreendente uma vez que uma parcela majoritária dos docentes finaliza o seu doutorado nesse período (nada menos que 149 docentes), o que significa que atualmente 65% dos docentes analisados possuem menos de quinze anos de docência em pós-graduação.

Os dados relacionados ao início (graduação e mestrado) da formação acadêmica confirmam o quanto os professores aqui examinados estão passando ainda pelos estágios iniciais de suas respectivas carreiras. Praticamente um terço dos docentes titulou-se mestre depois de 2000 e um contingente não negligenciável de 15% finalizou inclusive a sua graduação nos últimos quinze anos.

Como salientado, é plausível pressupor que a internacionalização da produção acadêmica demande um grau considerável de tempo para que o investimento em publicações internacionais dê resultados. Nesta altura do artigo, busca-se examinar até que ponto a internacionalização recente é fruto da atuação do contingente de docentes com carreiras mais longevas, ou se já se identifica uma dinâmica em que a internacionalização da produção tende a ter início logo após o doutorado (ou mesmo antes da sua conclusão). Para examinar essa questão, foram isolados os dados de formação e publicação do grupo dos docentes com maior produção internacional.

Tabela 5 – Mobilidade internacional: *timing* entre formação e publicação (5 artigos ou mais)

	Graduação	Mestrado	Doutorado	1ª pub. int.	2ª pub. int.	5ª pub. int.
1960-1969	1	–	–	–	–	–
1970-1979	6	4	1	1	1	–
1980-1989	7	6	6	1	–	–
1990-1999	9	12	9	12	6	1
2000-2009	2	2	11	12	19	15
2010-2014	–	–	–	1	1	11
Não consta	2	3	–	–	–	–
Total	27	27	27	27	27	27

Fonte: elaboração própria.

Esse grupo de 27 docentes é responsável por um total de 228 artigos, representando 54,4% da produção internacional examinada, o que atesta

uma concentração significativa da produção internacional da disciplina. Contudo, em suas características gerais, é digna de nota a semelhança da distribuição dos dados nas duas tabelas. Talvez a única diferença significativa esteja no fato de que o início da internacionalização da produção dos docentes aqui isolados ocorra antes dos anos 2000, um pouco mais cedo que a média geral. Contudo, também entre os mais internacionalizados, nada menos que a metade do grupo tem o seu primeiro artigo publicado no exterior já na década de 2000. O esperado “envelhecimento” dos docentes com produção mais internacionalizada ocorre, mas em grau bem menor do que se poderia supor.

Conclui-se, portanto, que a internacionalização da publicação (tanto dos muito quanto dos pouco internacionalizados) ocorre no mesmo período (após 2000) e que o grau de internacionalização da produção não está diretamente relacionado com a longevidade das carreiras docentes, uma vez que este último grupo é composto tanto de pesquisadores seniores quanto de pesquisadores em início de carreira (40% do grupo defenderam doutorado entre 2000 e 2010).

Retoma-se aqui o argumento de que a internacionalização da formação, em suas diferentes modalidades, constitui importante “janela de oportunidade” ao facilitar aos docentes o estabelecimento de contatos e possibilidades de inserção em redes de pesquisa, além de facilitar também uma maior familiaridade com a agenda da disciplina dos países de destino.

Destaca-se a partir de agora o impacto que a formação no exterior tem sob a probabilidade de alguém publicar trabalho em âmbito internacional. Para testar o modelo utilizou-se a técnica da regressão logística, tomando como variável dependente do tipo *dummy* a publicação de artigos no exterior. A variável *dummy* ou dicotômica é codificada com 0 e 1: nesse sentido, para quem possuir artigos publicados no exterior o valor assumido será 1, enquanto para quem não publicou nenhum artigo no exterior será 0.

O teste realizado buscou avaliar o efeito da formação no exterior sob a probabilidade de publicação internacional, sendo a variável independente do tipo *dummy* docentes com pelo menos um tipo de experiência de formação no exterior, como doutorado pleno, sanduíche e/ou pós-doutorado, sendo que 1 indica a ocorrência do evento e 0 manifesta a ausência. O resultado do teste é apresentado no Quadro 1:

Quadro 1 – Formação no exterior e publicação em periódico estrangeiro

Variável	Razão de probabilidade
Formação no exterior	1,408 (0,000)

A razão de probabilidade encontrada indica que quem possui experiência internacional tem 1,4 vezes mais chances de publicar trabalho em periódico estrangeiro do que aqueles que não possuem essa experiência. O resultado é estatisticamente significativo, indicando que a probabilidade de que tenha ocorrido por acaso ser menor do que 1 em 100.

Para melhor compreender essa questão, mapeamos as oportunidades de internacionalização de formação levadas a cabo pelos docentes com maior produção internacional, relacionando-os com o(s) principal(is) destino(s) de seus respectivos artigos. A coluna “docente” não identifica nominalmente cada pesquisador, apresentando-os em uma ordem decrescente segundo escala de produção internacional.

Apenas cinco dos docentes com maior produção internacional não tiveram nenhuma modalidade de internacionalização de formação, e de um total de 22 casos em que se identificam algumas dessas modalidades constata-se que em nada menos de quinze casos o país em que tais modalidades ocorreram é também o principal destino das publicações dos docentes mais internacionalizados. Ao não se isolar somente o principal país de destino das publicações, tal sobreposição passa a ocorrer em nada menos que dezenove casos.

Se for retomada a análise sobre o possível impacto do idioma nas possibilidades de publicação, identifica-se que em todos os casos existe essa sobreposição.

Não se afirma aqui que a experiência de internacionalização na formação seja condição para que carreiras possam se internacionalizar no futuro. A existência de cinco casos de alto grau de internacionalização sem formação no exterior e a constatação feita anteriormente de que a frequência de docentes com ao menos uma publicação internacional é maior do que a de docentes com experiência internacional em sua formação demonstram que tal relação não é tão direta. A constatação de que há uma variação muito grande entre principais destinos de formação (Estados Unidos e Europa) e de publicação (modalidade com forte presença da América Latina) também atesta que relação entre as modalidades não é necessariamente direta.

Tabela 6 – Sobreposição entre destino da formação e da produção internacionais

Docente	Pleno/Sanduiche	Pós-doutorado	P. visitante	Destino
1	EUA	EUA	–	EUA
2	EUA	–	–	Arg./EUA
3	Espanha	–	Argentina	Espanha
4	–	–	–	Argentina
5	–	–	–	Argentina
6	EUA	EUA	–	EUA
7	–	Inglaterra	–	EUA
8	França	França	México	França
9	–	Espanha	Espanha	Espanha
10	EUA	–	–	Ingl./EUA
11	EUA	EUA	–	EUA
12	–	Inglaterra	Espanha	Inglaterra
13	–	Inglaterra	Inglaterra	EUA
14	EUA	Alemanha	Alemanha	EUA
15	EUA	–	–	EUA
16	–	–	–	Venezuela
17	Inglaterra	EUA	EUA	EUA
18	–	França	–	França
19	EUA	EUA	–	EUA
20	–	–	–	EUA
21	EUA	–	EUA	EUA
22	EUA	Itália	Portugal	EUA
23	EUA	–	Suécia	EUA
24	–	–	–	México
25	Austrália	–	–	Inglaterra
26	–	França	Argentina	Ingl./Fr./Arg.
27	–	Inglaterra	–	México/Ingl.
Total	15	14	10	

Fonte: elaboração própria.

Contudo, a quase perfeita relação existente entre modalidades internacionais de formação e destino das publicações internacionais permite concluir

que ter passado por alguma modalidade de internacionalização é um passo relevante, dada a sobreposição entre país/idioma de destino na formação e das publicações.

Quem publica em *Dados*?

Procedimento seguinte no exame sobre as relações entre internacionalização na formação acadêmica e agendas de pesquisa e produção científica consistiu em considerar uma amostra alternativa, representada por autores de artigos publicados na revista *Dados* entre 1966 e 2014. A escolha por esse periódico foi decorrente de dois fatores. Primeiro, a longevidade temporal de sua publicação, abrangendo todo o período correspondente à presença institucional da ciência política brasileira desde os anos 1960, permitindo, dessa forma, uma reconstituição longitudinal de tendências e variações¹⁰. Segundo, porque desde a introdução do sistema Qualis/Capes de classificação dos periódicos científicos com publicação de artigos dos programas de pós-graduação brasileiros a revista *Dados* esteve localizada nos estratos “Internacional A” e, após 2007, “A1”, os mais elevados no *ranking* estabelecido pelo Sistema Nacional de Pós-Graduação. Assim, embora não represente um retrato da ciência política brasileira como um todo, oferece uma amostra de parte qualificada da produção da comunidade dos politólogos brasileiros.

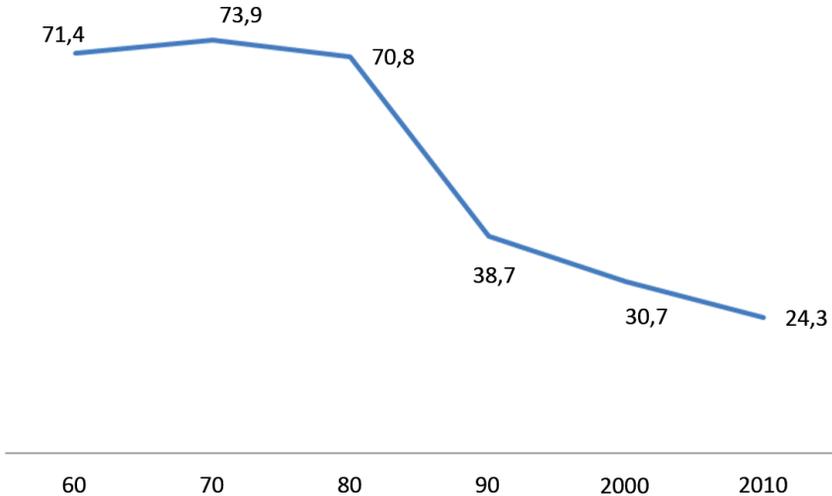
Na sequência, procurou-se destacar autores vinculados à ciência política, separando-os daqueles com maior identidade à outras áreas, como sociologia ou antropologia. Para isso, o procedimento mais adequado não seria a filiação institucional, uma vez que a abrangência temporal da observação não apresenta correspondência com a expansão institucional da pós-graduação em ciência política no país. Dessa forma, o recorte escolhido foi fixar um conjunto de temas¹¹, selecionando artigos e seus autores a partir da classificação em relação a estes. Assim, de um total inicial de 1.056 autores de artigos publicados em *Dados* entre 1966 e 2014, resultaram 708, com informações sobre tema do artigo, ano de publicação, instituição e ano da formação doutoral do(s) autor(es).

10 Outros periódicos científicos brasileiros não compreendem todo o intervalo, com início de publicação mais recente: *Novos Estudos Cebrap* (1981), *Lua Nova* (1984), *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, (1986), *Opinião Pública* (1993), *Revista de Sociologia e Política* (1993), *Brazilian Political Science Review* (2007).

11 Estes temas são: a) atores e ação coletiva; b) cultura e comportamento político; c) economia política; d) instituições políticas; e) partidos e eleições; f) pensamento político brasileiro; g) políticas públicas; h) relações internacionais; i) teoria política normativa; j) teoria política positiva.

Dividindo-se o intervalo temporal observado em décadas, foi considerada inicialmente a proporção de autores com formação no exterior¹², buscando analisar a existência de eventual variação em sua frequência ao longo do período examinado. O resultado pode ser verificado no Gráfico 2:

Gráfico 2 – Variação dos autores com formação no exterior



Fonte: *Dados*, com sistematização dos autores.

O dado mais saliente é representado pela inflexão na curva, com a proporção de autores com formação no exterior em declínio, de um patamar acima de 70%, entre os anos 1960 e 1980, para 38,7% (anos 1990) e 30,7% (2000), alcançando apenas 24,3% entre 2010 e 2014. A correspondência com a expansão na oferta de doutorados no país pode ser constatada ao verificar-se que 86% dos autores com formação em instituições brasileiras durante os anos 1990 foram egressos dos três doutorados em ciência política existentes naquele momento (Iuperj, USP e UFRGS), enquanto os demais, de doutorados

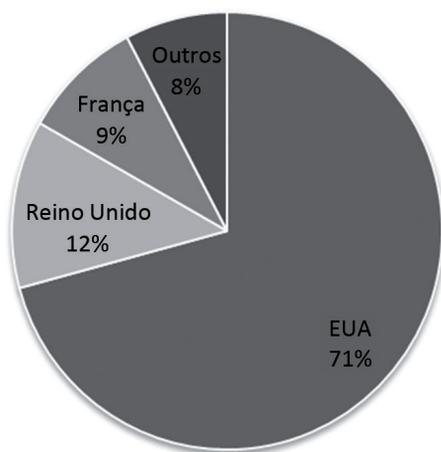
12 Agradecemos a observação de um dos pareceristas anônimos, de que a revista “tinha uma função central de dar visibilidade aos trabalhos da casa – Iuperj” e, ao mesmo tempo, que “boa parte do corpo docente do Iuperj, na época, tinha formação no exterior”. Essa observação está, na verdade, confirmada no artigo e pode ser creditada à tardia fundação de doutorados em ciência política no país: USP em 1974, Iuperj em 1980 e UFRGS em 1996.

em ciências sociais. A saliente mudança no perfil dos autores de um dos mais importantes periódicos científicos de ciência política no Brasil é, na verdade, “sintoma” de uma mudança provocada pela expansão na oferta de cursos de doutorado nacionais na área e a redução na circulação internacional associada ao doutoramento dos cientistas políticos brasileiros. Como *Dados* é o único periódico com publicação da produção em ciência política presente nessas cinco décadas, da mesma forma que inexistiu qualquer associação, congresso ou evento científico da área presente em todo esse intervalo temporal, tal informação somente pode ser captada através desse registro.

Por outro lado, não foi possível identificar padrões distintos na relação temporal entre titulação e publicação do artigo: autores com formação internacional apresentaram um intervalo temporal médio de 5,8 anos entre a obtenção do título e a publicação do artigo, enquanto pesquisadores com formação nacional revelaram valores médios ligeiramente inferiores (5,4 anos). Da mesma forma, enquanto 25,6% dos autores com formação no exterior publicaram seu artigo antes da conclusão do doutorado, este grupo foi ligeiramente inferior entre autores com doutorado em instituições nacionais: 21,2%.

Isolando autores com formação doutoral no exterior, procurou-se, na sequência, identificar o país onde os estudos foram realizados:

Gráfico 3 – País dos estudos de autores com formação doutoral no exterior



Nove em cada dez integrantes dessa amostra de pesquisadores brasileiros que obtiveram seu título de doutorado no exterior limitaram-se a três países: Estados Unidos, Reino Unido e França. Outros países da Europa, América Latina ou mesmo África representaram apenas 8% desse contingente. Anteriormente, comparou-se o peso dos formados nos Estados Unidos nos dois grupos (docentes com modalidade de formação no exterior e autores da *Dados*), e um dos aspectos que chamou a atenção nessa comparação foi a maior presença de autores da revista com doutorado nos Estados Unidos do que dentre o conjunto dos docentes. O fato de *Dados* ocupar posição central na ciência política brasileira explica, ao menos parcialmente, essa diferença. Entre as instituições no exterior mais procuradas, destacam-se Stanford (8,7%), University of Michigan (7,1%), University of Chicago (6,7%), London School of Economics (6,4%), Massachusetts Institute of Technology (6,4%), University of California – Los Angeles (4,0%), University of Wisconsin – Madison (4,0%), University of Washington (4,0%), Cornell (3,4%) e Harvard (3,0%).

Não há diferenças significativas no escopo do artigo quando se considera a origem internacional/nacional da formação doutoral dos autores. Ou seja, autores egressos de doutorados no exterior (78,2%) ou no Brasil (78,8%) publicaram artigos com recorte analítico focalizado em estudo de caso sobre o Brasil. Da mesma forma, não foi possível observar variação no tocante à frequência de coautorias internacionais nos artigos publicados: sejam doutores “internacionais” (2,3%) ou “nacionais” (1,9%), a ocorrência de parcerias envolvendo autoria de pesquisadores internacionais revelou-se residual. Em outras palavras, a oportunidade de estudos em instituições internacionais não parece ter ampliado colaborações internacionais, ou mesmo a produção de estudos comparativos, teóricos ou de escopo generalizante, ao menos no (principal) periódico científico da ciência política brasileira.

Ao se comparar esses dados com os achados de Sapiro (2009), Heilbron *et al.* (2008), Sapiro e Heilbron (2009) e Norris (1997), identifica-se que a baixa frequência de coautorias com colegas de outros países não é característica exclusiva da disciplina no Brasil, ao menos quando se trata da análise dos principais periódicos da área. Nos Estados Unidos, por exemplo, Norris (1997) conclui que:

[...] se analisarmos a dinâmica das coautorias, a esmagadora maioria das colaborações ocorre entre colegas de uma mesma região e, usualmente, de um mesmo país. De um total de quase seiscentos artigos analisados, havia apenas um punhado de artigos envolvendo colaboração transatlântica. As possibilidades de comunicação em esfera global e as redes profissionais deveriam facilitar esse processo, mas na prática a colaboração entre cientistas políticos de diferentes comunidades nacionais permanece surpreendentemente rara (Norris, 1997, p. 8, tradução nossa).

Recorrendo-se, mais uma vez, aos dados da base SCImago (2014), verifica-se reduzida colaboração internacional entre cientistas políticos norte-americanos (17,4%), quando comparados com politólogos franceses (22,3%), britânicos (23,2%) chilenos (26%), alemães (27,5%) ou mexicanos (35,7%). Parece clara a autossuficiência da comunidade politológica norte-americana diante da densidade e da centralidade internacional ocupada. Da mesma forma, pode-se interpretar a maior agressividade de comunidades distintas como a de cientistas políticos alemães ou mexicanos como uma estratégia de aumento em sua visibilidade internacional. Mais paradoxal parece ser o comportamento dos politólogos brasileiros, combinando a autossuficiência dos norte-americanos com uma condição periférica na comunidade internacional.

Cotejando-se a origem geográfica da formação doutoral de autores com o tema dos artigos, foi possível destacar padrões mais nítidos apenas em “pensamento brasileiro” e “relações internacionais”¹³, com 73% de doutores “nacionais” e, no extremo oposto, “teoria política positiva”, com 63% de autores com doutorado no exterior. Paralelamente, pode-se detectar correspondências entre instituições no exterior responsáveis pela formação de politólogos brasileiros e temáticas: Chicago/“instituições políticas” (0,65); Cornell/“economia política” e “políticas públicas” (0,80); London School of Economics/“teoria política normativa” (0,42); University of Michigan/“sociologia política”; Stanford/“sociologia política” (0,31).

Considerações finais

Pretende-se com este trabalho contribuir para a discussão acerca das diferentes dinâmicas que caracterizam processos de internacionalização

¹³ Nesse caso, possivelmente relacionado com o crescimento dessa temática desde os anos 1990, coincidindo, assim, com a inflexão nacional na formação de doutores.

acadêmica. Uma primeira constatação é a de que a “internacionalização” não é um processo com ritmo e dinâmica únicos, mas formado pela sobreposição de diferentes modalidades e possibilidades. Cada uma com ritmo, grau de investimento e dinâmica próprios. Dinâmicas estas fortemente vinculadas também aos diferentes países a que se destinam.

Se é consenso na literatura que a disciplina precisa se internacionalizar mais, é digno de nota que metade dos docentes aqui analisados tenham pelo menos um artigo publicado em periódico internacional. E em um contexto de presença dominante dos Estados Unidos no âmbito da circulação internacional de textos acadêmicos, é digno de nota também o caráter relativamente desconcentrado das publicações, o que revela inserção de parcela significativa da produção internacionalizada também na América Latina. Se essa variedade de destinos reflete uma variedade de perspectivas teórico-metodológicas, cabe a futuros trabalhos identificar. O que se pode afirmar até aqui é que por ser um fenômeno recente, a internacionalização da publicação identificada na última década e meia demonstra que os primeiros passos estão sendo dados.

Por outro lado, se avanços foram identificados no aumento de artigos publicados nos últimos quinze anos, dados do SCImago demonstram que a produção da ciência política brasileira ainda possui índices de impacto e de colaboração internacional mais modestos que os registrados em países latino-americanos e europeus.

Referências

- ALTMAN, David (2012). “Where is knowledge generated? On the productivity and impact of political science departments in Latin America”. *European Political Science*, n. 11, p. 71-87.
- AMORIM NETO, Octavio & SANTOS, Fabiano. (2005). “La ciencia política en el Brasil: el desafío de la expansión”. *Revista de Ciencia Política*, v. 25, n. 1, p. 101-10.
- _____. (2015). “La ciencia política en Brasil en la última década: la nacionalización y la lenta superación del parroquialismo”. *Revista de Ciencia Política*, v. 35, n. 1, p. 19-31.
- BOURDIEU, Pierre (2002). “Les conditions sociales de la circulation internationale des idées”. *Actes de la recherche en sciences sociales*, v. 5, n. 145, p. 3-8.

- BULCORF, Pablo; MARQUES, Henrique & CARDOZO, Nelson (2015). "Historia y desarrollo de la ciencia política em América Latina: reflexiones sobre la constitución del campo de estudios". *Revista de Ciencia Política*, v. 35, n. 1, p. 179-99.
- CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (2010). Plano Nacional de Pós-Graduação 2011-2020. Brasília : Capes.
- CANEDO, Letícia (2009). "Les boursiers de La Fondation Ford et La recomposition des sciences sociales brésiliennes: le cas de la science politique". *Cahier de la recherche sur l'éducation et les saviors*, n. 2, p. 32-53.
- CHERUBINI, Paolo (2008). "Impact factor fever". *Science*, n. 322, p. 191.
- COCCIA, M. (2005). "A scientometric model for the assessment of scientific research performance within public institutes". *Scientometrics*, v. 65, n. 3, p. 307-21.
- CODATO, Adriano & LEITE, Fernando (2013). "Autonomização e institucionalização da ciência política brasileira: o papel do sistema Qualis-Capes". *Revista de Discentes de Ciência Política da UFSCAR*, v. 1, n. 1, p. 1-21.
- GLÄNZEL, W. (2006) "On the h-index: A mathematical approach to a new measure of publication activity and citation impact". *Scientometrics*, v. 67, n. 2, p. 315-21.
- HEILBRON, Johan (2012). "A ciência social europeia como campo transnacional de pesquisa". *Mana*, v. 18, n. 2, p. 289-307.
- HEILBRON, Johan ; GUILHOT, Nicolas & JEANPIERRE, Laurent (2009). "Vers une histoire transnationale des sciences sociales". *Sociétés Contemporaines*, v. 1, n. 73, p. 121-45.
- HIRSCH, J. E. (2005). "An index to quantify an individual's scientific research output". ArXiv [online] arxiv.org/abs/physics/0508025. Acessado em 13 mar. 2016.
- LEITE, Fernando. (2015). *O campo de produção da ciência política brasileira contemporânea: uma análise histórico-estrutural de seus princípios de divisão a partir de periódicos, áreas e abordagens*. Tese (doutorado) em sociologia. Curitiba, UFPR.
- MARENCO, André (2014). "The three Achilles' heels of Brazilian political science". *Brazilian Political Science Review*, v. 8, n. 3, p. 3-38.
- MARENCO, André (2015). "When institutions matter: Capes and political science in Brazil". *Revista de Ciencia Política*, v. 35, n. 1, p. 33-46.

- MOED, H. F. (2009) “New developments in the use of citation analysis in research evaluation”. *Scientometrics*, n. 57, p. 13-18.
- NICOLAU, Jairo & OLIVEIRA, Lilian (2013). “A produção da ciência política brasileira: uma análise dos artigos acadêmicos” [online] www.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=8478&Itemid=459. Acessado em 22 set. 2015.
- NORRIS, P. (1997) “Towards a more cosmopolitan political science?” *European Journal of Political Research*, v. 30, n. 1, p. 17-34.
- RAAN, A. F. J. V. (2005). “Measurement of central aspects of scientific research: performance, interdisciplinarity, structure”. *Measurement: Interdisciplinary Research and Perspectives*, v. 3, n. 1, p. 1-19.
- RAMOS, Milena Yumi. (2014). *A formação de doutores no país e no exterior: impactos na internacionalização da ciência brasileira*. Tese (doutorado) em política científica e tecnológica. Campinas (SP): Unicamp.
- SAPIRO, Gisèle (2012). “La circulation des sciences humaines et sociales en traduction : enjeux et obstacles à l’heure de la globalisation”. *Traduire*, n. 227 [online]. traduire.revues.org/465. Acessado em 21 set. 2015.
- SAPIRO, Gisèle & HEILBRON, Johan (2009). “Por uma sociologia da tradução: balanço e perspectivas”. *Graphos*, v. 11, n. 2, p. 13-28.
- SCIMAGO (s/d). *SCImago Journal & Country Rank* [online]. www.scimagojr.com. Acessado em 26 set. 2015.
- SORA, Gustavo (2002). “Un échange dénié: la traduction d’auteurs brésiliens en Argentine”, *Actes de la recherche en sciences sociales*, v. 5, n. 145, p. 61-70.
- VELHO, Lea (2001). “Formação de doutores no país e no exterior: estratégias alternativas ou complementares?” *Dados*, v. 44, n. 3, p. 607-31.
- ZITT, M. & BASSECOULARD, E. (2008). “Challenges for scientometric indicators: data demining, knowledge-flow measurements and diversity issues”. *Ethics in Science and Environmental Politics*, v. 8, n. 1, p. 49-60.

Resumo

A literatura recente afirma que um dos principais desafios para a ciência política brasileira é o aumento do seu grau de internacionalização. Este artigo busca contribuir com a discussão mapeando algumas das principais mobilidades de internacionalização acadêmica dentre os docentes dos programas de pós-graduação no Brasil (formação e publicação em periódicos internacionais). Os objetivos específicos são: 1) identificar o percentual de

docentes com internacionalização, bem como seu perfil; 2) verificar se existe relação entre oportunidades de formação e publicação no exterior; 3) mapear os principais destinos dessa internacionalização (países que se constituem nos principais destinos da formação e da publicação dos docentes brasileiros).

Palavras-chave: ciência política; internacionalização de elites acadêmicas; produção acadêmica; formação acadêmica.

Abstract

The recent literature states that one of the main challenges for the Brazilian Political Science is to increase its degree of internationalization. This article seeks to contribute to the debate by mapping the degree of international mobility among Brazilians scholars (training and publication in international journals). The specific objectives are: 1) to identify the percentage and the profile of scholars with international careers; 2) to check whether there is a relationship between training opportunities and publication abroad and 3) to identify the main destinations (countries) among Brazilian political science scholars.

Keywords: political science; internationalization of academic elites; academic production; academic education.

Recebido em 27 de setembro de 2015.

Aprovado em 23 de março de 2016.